

A QUESTÃO DA CIDADANIA NEGRA NO PROCESSO DE MODERNIZAÇÃO: UMA ANÁLISE CRÍTICA DE SOBRADOS E MUCAMBOS (GILBERTO FREYRE)

THE ISSUE OF BLACK CITIZENSHIP IN THE MODERNIZATION PROCESS: A CRITICAL ANALYSIS OF
SOBRADOS E MUCAMBOS (GILBERTO FREYRE)

* **Vinícius Gabriel Chaves dos Santos**

Recebido em: 05/09/2020.

Aceito em: 13/10/2020

Resumo:

Partindo da análise da formação brasileira e o seu desenrolar até o desmembramento do patriarcado rural para novas formas de organização social, o presente artigo tenta compreender como a cidadania de um grupo específico, a negritude, foi se constituindo com o declínio do patriarcado rural e, conseqüentemente, a abolição da escravidão no Brasil. Para a análise desse momento histórico, foi utilizada como base a obra “*Sobrados e Mucambos*”, do autor Gilberto Freyre. O objetivo é analisar as interpretações da formação da cidadania negra no Brasil tendo como base a análise dessa obra específica aliada à comparação com a obra de outros autores que se propuseram a analisar esse momento da formação brasileira juntamente com a compreensão da cidadania negra passadas os tempos de escravização no Brasil. Os resultados da pesquisa demonstram que as análises de Freyre ressaltam, mais uma vez, a não integração da população negra na sociedade brasileira face ao desenvolvimento da “modernização”. Ao contrário do que muitos sociólogos pensaram em relação à convivência multiétnica presente no Brasil, ao analisar a obra percebe-se que houve vários conflitos e uma posição subalterna direcionada à população negra.

Palavras-chave: Cidadania Negra. Patriarcado Rural. Modernização do Brasil. Raça. Subalternização. Sobrados e Mucambos.

Abstract:

Analyzing the Brazilian formation and its development until the dismemberment of the rural patriarchy, this article tries to understand how blackness citizenship was being constituted. The constitution of citizenship of black people originated the decline of rural patriarchy and, consequently, the abolition of slavery in Brazil. This context was analyzed from the work of Gilberto Freyre's; “*Townhouses and Mucambos*”. This work aims to analyze the numerous interpretations of black citizenship, using Freyre's work and other authors who tried to comprehend the subject over time. The research's results show that Freyre's analysis emphasizes, once again, the non-integration of the black population in Brazilian society given the development of “modernization”. Even though many sociologists believed that there was a multi-ethnic coexistence present in Brazil, it is noticed that there were several conflicts and a subordinate position directed towards black people.

Key Words: Black Citizenship; Rural Patriarchate; Modernization of Brazil; Race; Subalternation; Townhouses and Mucambos

1. Introdução

A obra “*Sobrados e Mucambos*”, publicada pela primeira vez em 1936, é uma das mais importantes interpretações do Brasil imperial, mas, para além disso, a obra é a continuação de “*Casa-Grande & Senzala*”, que foi um marco no pensamento social brasileiro. O contexto intelectual em que a obra está situada é importante para se repensar o papel dos intelectuais na constituição de uma nação. Nesse período, viu-se importantes obras, como: “*Raízes do Brasil*” e “*Formação do Brasil contemporâneo*”.

É importante o resgate da trajetória acadêmica do autor, visto que Freyre teve várias facetas ao longo de suas obras, e como continuação de *Casa-Grande & Senzala*, *Sobrados e Mucambos* acaba se constituindo como uma nova preocupação estudada pelo autor. Além disso, vale a pena a retomada dos momentos que antecederam sua primeira obra, e como sucedeu-se sua formação acadêmica nos EUA, visto que no período de 1920 o racismo científico era uma vertente muito presente no debate intelectual norte americano e, mesmo com esse debate, Freyre elaborou sua obra de maneira favorável à miscigenação (PALLARES-BURKE, 2005).

Em “*Sobrados e Mucambos*”, é retratado o momento de modernização pelo qual o Brasil estava passando, para além disso, demonstra os esforços de europeização que estavam em voga na constituição dessa nova sociedade, a mudança de Brasil colônia para império. A metodologia de pesquisa utilizada foi revisão bibliográfica e fichamento da obra, “*Sobrados e Mucambos*”, entre outras obras de autores que analisaram a questão da cidadania negra. A escolha por essa obra se deu por uma questão central interpretada por Freyre, o declínio do patriarcado rural e

suas consequências.

Com essa desintegração e pressões exercidas pela modernização advinda da Europa, fica evidente como a posição de subalternidade continuou a ser destinada para um grupo específico, a negritude. Para a sustentação dessa interpretação, são desenvolvidos argumentos que esclarecem sobre o racismo manifestado na sociedade brasileira e a escassez de oportunidades para que essa população fosse incorporada nas profissões “modernas”.

Em conformidade com Freyre (1936), a vinda da família real tornou-se um momento decisivo para o declínio do patriarcado rural e, conseqüentemente, da implantação da modernização no Brasil. Houve uma ascensão do poder público frente ao privado. Esse processo se consolidou nos séculos XVIII e XIX, fazendo com que novos padrões de sociabilidades fossem difundidos para a sociedade, buscando assim uma nova maneira de disseminação da modernização no território brasileiro. O objetivo é buscar compreender como a cidadania negra foi tratada tendo em vista essa mudança estrutural na sociedade brasileira, para isso, propõe-se nesse artigo uma análise da interpretação feita por Freyre, mas também uma comparação com uma maior gama de estudo sobre o tema.

O conflito promovido por essa tal modernidade não se restringiu somente ao plano político-social, mas o plano cultural sofreu um embate muito forte entre dois padrões de sociabilidade distintas. Esse conflito se caracterizava pelo embate entre Ocidente e Oriente, ou melhor, entre o Ocidente e tudo aquilo não ocidental. Importante a análise entre esses dois mundos distintos, o não Ocidental no Brasil, que veio se consolidando com as influências do tráfico negreiro e que trouxe consigo a cultura oriental

entre outras, e o Ocidente, que veio se consolidando a partir das influências externas europeias, por um capitalismo em franca ascensão.

O artigo está organizado da seguinte forma, na primeira parte buscou-se contextualizar a estrutura e a composição da sociedade brasileira, de acordo com relatos presentes na própria obra. Em seguida, são observadas de maneira mais aprofundada as convivências multiétnicas que foram estabelecidas e compartilhadas durante o processo de modernização. Na terceira parte, procurou-se analisar o traço comparativo entre os governos de Dom Pedro I e Dom Pedro II com o intuito de perceber as mudanças presentes entre esses dois governos que atingiram a estrutura brasileira. Posteriormente, é efetuado esforço de interpretação sobre a forma como a população negra se encontrava mesmo com a modernização, ou seja, as condições oferecidas para que fossem incorporados no imaginário de cidadão livre. Por fim, é realizado um balanço comparativo e são desenvolvidos argumentos para melhor elucidar a posição da população negra na estrutura social brasileira.

2. Estrutura, Personagens e Composição da Sociedade Brasileira

A história do pensamento social brasileiro demonstra como ao se imaginar uma nação o conflito relacionado à cidadania aparece de maneira intrínseca. De acordo com Tavolaro (2009) a condição de excepcionalidade nas teorias brasileiras é explicada por dois grupos. O primeiro busca explicar essa excepcionalidade devido à posição periférica e dependente do Brasil no sistema capitalista internacional, a outra tende relacionar

a “excepcionalidade” à herança patriarcal-patrimonial (TAVOLARO, 2009). Freyre encontra-se no segundo grupo, remetendo à herança patriarcal-patrimonial brasileira como causa de sua “excepcionalidade”. Em ambos os casos [1], percebe-se a busca para compreender esse processo na realidade brasileira através de traços “essencializantes”.

Essas visões generalistas caracterizam a “excepcionalidade” da modernidade brasileira como causa desses dois elementos, transformando-a em algo estruturalmente homogêneo e possuindo como explicação da diferença brasileira a comparação com os pressupostos elaborados por Thomas H. Marshall (1992). A construção da modernidade nos países centrais deve ser analisada de maneira inseparável do processo de colonização. Sobretudo, foi essa aliança entre modernidade e colonização que produziu dicotomia entre moderno e não moderno. De forma tal que se torna difícil a comparação entre a modernidade imaginada na Europa e a implementada nos países latino-americanos, visto que são vivenciadas de maneiras diferentes em contextos sociais distintos.

Percebe-se que em ambas propostas o Brasil aparece como um lugar de modernidade excepcional, tendo em vista que o padrão de modernidade está localizado na Europa, ou, melhor dizendo, nos países centrais. Importante compreender a centralidade conceitual de T.H. Marshall [2] que acabou influenciando diretamente a produção nacional sobre cidadania e modernidade, ressaltando mais uma vez a diferença do processo vivenciado no Brasil, se comparado aos países centrais. Um dos motivos é que a renomada sequência de Marshall (direitos civis → direitos políticos → direitos sociais) não teria se concretizado

dessa forma no Brasil.

A sociedade brasileira, durante os séculos XVIII e XIX, era constituída de maneira assimétrica em suas relações sociais e, para a sustentação do sistema escravagista, a violência era o modo operante. Por essa assimetria, Freyre define o Brasil em duas classes, os dominantes e os dominados. Desde as convivências entre a casa grande e a senzala a desigualdade se fazia presente nas relações sociais dentro do território brasileiro. O primeiro capítulo da obra, “*Sobrados e Mucambos*”, é um resumo daquilo que será desenvolvido com o decorrer do livro. Nesse capítulo são evidentes as preocupações sobre o sentido da modificação social que a vinda da família real, que para Freyre é o início de um novo ciclo no Brasil, e, conseqüentemente, a modernização, proporcionaram.

Em “*Sobrados e Mucambos*”, argumenta-se que o início da modernização e suas modificações condicionaram o Brasil para uma nova dinâmica a partir da primeira metade do século XIX. A evidente diferenciação entre o meio urbano e meio rural, juntamente com mais influências inglesas do que portuguesas no território brasileiro e, evidentemente, a abertura dos portos, que permitiu uma ascensão do capitalismo comercial no Brasil, provocaram mudanças nas instituições presentes no Brasil que depois foram incorporadas também nos valores dentro desse território.

Esse diálogo proporcionado em *Sobrados e Mucambos* aparentemente difere da percepção harmoniosa presente na vida social rural que foi melhor retratada em *Casa Grande & Senzala* (1933). De certa maneira, ao construir uma identidade nacional através da construção do Brasil enquanto nação, fica nítido que o processo

preconizado pela industrialização trouxe consigo o aparecimento das tensões que essa nova sociedade de classe e subordinação impunha.

Segundo Freyre (1998), a estrutura rígida e assimétrica da sociedade brasileira servia de obstáculo para alguns grupos, entretanto essas situações de obstáculos para ascensão não eram tanto de raça, e sim de classe. O desmembramento do patriarcado rural permitiu uma maior relevância para novas instituições. Esse ponto é fundamental para o autor, pois segundo o pensamento freyriano o declínio do patriarcado rural rompe com uma série de atribuições dadas aos patriarcas. O fim dessa responsabilidade afetará diretamente a situação dos negros livres que agora não terão amparo, pois os patriarcas tinham obrigações morais com os seus escravos.

O papel atribuído à família patriarcal como elemento estrutural da sociedade brasileira é uma compreensão que perpassa toda a obra *Sobrados e Mucambos*. Sobre isso, a sociabilidade experimentada tendo como base o pater famílias é caracterizada por uma sociabilidade que não almejava uma plena separação entre o público e o privado, dificultando grandemente a constituição de um universo público verdadeiramente independente [3].

A modernização propiciada pela vinda da família real acaba alterando os laços de sociabilidade, e uma das demonstrações está nos vínculos impessoais incorporados no cotidiano. O reforço das vantagens para os dominantes era manifestado na dimensão educacional, por isso é importante ressaltar o papel primordial que os jesuítas exerceram na manutenção da dominação. No plano cultural, manifesta-se nessa “educação” uma das bases estruturais da modernidade europeia, o seu caráter

tipicamente etnocêntrico que foi bem explorado na dimensão educacional e religiosa.

O sistema educacional estava pautado por uma educação com o viés tipicamente tradicional-colonial, colocando o papel ativo nos jesuítas e relegando aos povos nativos e africanos um papel passivo frente à construção do conhecimento transmitido, colocando-os em posição de assimilação daquilo ensinado. Essa atitude é uma demonstração típica do processo de aculturação, pautado no etnocentrismo que categorizava as sociedades entre inferiores e superiores, colocando a Europa como centro do conhecimento, religião etc.

Com a expansão do projeto colonial, raça e identidade racial foram estabelecidas como instrumentos de classificação social básica da população, condicionando assim papéis sociais e lugares na hierarquia social de uma nação, algo muito presente na conformação da realidade latino-americana (QUIJANO, 2000). Sobretudo, é notável que a construção narrativa do “ocidentalismo” acabava por colocar as demais culturas como primitivas, pré-modernas etc. (DUSSEL, 2016).

Dentro desse momento de transição, propiciado pela modernização, a situação dos negros era ainda mais delicada, pois estes não obtinham autonomia e tampouco poderiam sonhar em uma autonomia plena, com isso eram relegados a cargos de pré-cidadãos mesmo quando estavam libertos. Entretanto, essa condição de subalternização não era considerada em termos de raça. O ideal de benevolência dos dominantes para com os dominados é expressado no pensamento do autor: “Dos reis e dos papas, na verdade, é que mais de uma vez tiveram os nativos do Brasil e mesmo os negros vindos da África, proteção efetiva contra abusos

de particulares e até religiosos” (FREYRE, 1998, p. 366). Torna-se evidente uma tentativa de interpretação que demonstre as intersecções entre as relações assimétricas dentro do corpo social em transformação, um equilíbrio de antagonismos.

Com isso, fica nítido que as formas de socialização presentes na sociedade brasileira exemplificadas nessa compreensão de equilíbrio de antagonismos favorece a interpretação de excepcionalidade da modernidade brasileira sustentada por dois pilares: a organização da aristocracia escravocrata em moldes paternalistas fundamentada no latifúndio monocultor e utilizando-se da mão de obra escravizada e, por outro lado, a miscigenação, sendo esses dois os elementos fundamentais para a sustentação do dito equilíbrio de antagonismos (ARAÚJO, 1994; BASTOS, 2006; PALLARES-BURKE, 2005; LARRETA e GIUCCI, 2007).

3. As Nuances da Diversidade Cultural

A complexidade de posições entre os dominantes e os dominados estava evidente também no plano macro. Já houve um conflito intenso entre o Oriente e o Ocidente, conflito esse que marcou até mesmo a contemporaneidade. Esse confronto levou à estigmatização do Oriente proveniente do processo de expansão europeia, que tinha um caráter essencialmente racista. Esse fenômeno não se restringiu somente à dominação econômica, mas também ideológica e cultural (SAID, 1978). Essa análise é importante para se entender como foram estruturadas as relações raciais no Brasil, que muitas das vezes camuflavam o seu racismo dentro da “preferência” pelo Ocidente.

Nesse ponto, vale a pena avançar na compreensão da modernidade enquanto um processo estruturalmente racista. Nas contribuições de Quijano (2000), três pontos são apresentados como fundamentais para a compreensão do eurocentrismo e sua relação com a modernidade: primeiro, houve uma articulação específica entre um dualismo (pré capital-capital, não europeu-europeu, primitivo-civilizado, etc); outro ponto fundamental, foi a construção da categoria social de raça através da colonização, algo essencial para a realização da modernidade. Com isso, as pessoas foram hierarquizadas em função da cor da pele como elemento distintivo dos povos no mundo, isso intensificou o processo de categorização social; por fim, a realocação temporal dessas diferenças trazendo o não europeu como ultrapassado.

O capítulo “O Brasileiro e o Europeu” interpreta como foi a relação de convivência entre esses dois grupos distintos e como a elite da população brasileira tinha uma grande preferência pela cultura Ocidental. Um ponto de crítica está nas incorporações dos europeus como força de trabalho disponível no Brasil para cargos que poderiam ser assumidos pelos negros libertos, cargos esses que depois foram aprendidos por esses negros com o contato com o europeu. Porém, não era rotineiro que esses negros instruídos pudessem alcançar um trabalho formal dentro dessa estrutura brasileira, e o capítulo “Escravo, Animal e Máquina” demonstra que muitos negros libertos conseguiram a instrução necessária para sobreviver no capitalismo em ascensão, mas a falta de oportunidades continuou sendo um grande obstáculo.

Nesse sentido, o processo colonial da modernidade não somente diferenciou as pessoas em

função da cor da pele, mas delimitou os locais destinados para estas. Logo, não é surpreendente que os negros libertos não encontrassem possibilidades de alcançar os cargos vagos que só foram ocupados com a vinda dos europeus para o Brasil. Na verdade, percebe-se que a construção da modernidade foi substancial para atrelar o trabalho assalariado aos homens brancos, limitando os negros à escravidão ou situações similares, mesmo quando alcançada a liberdade (QUIJANO, 2000).

Cabe levantar um ponto de crítica para as análises de Freyre sobre o encontro entre culturas diferentes. Em torno da miscigenação, alguns elementos primordiais precisam ser destacados. Primeiro, o estupro foi o componente principal para a difusão de uma miscigenação no território brasileiro, mesmo após a libertação das mulheres negras, e isso está atrelado a objetificação do corpo dessas mulheres que foram violados por muito tempo e que ficaram sem uma assistência do Estado, que muitas das vezes foi conivente com essas práticas horrendas (NASCIMENTO, 2017). De acordo com Freyre (1998), a miscigenação é o traço característico da peculiaridade brasileira, suscitando um processo que fundamentou uma relação multiétnica no Brasil, porém, em sua análise, pouca atenção é dada à violência vivenciada pelas mulheres, em especial as mulheres negras e indígenas.

Um segundo ponto importante é que um dos frutos dessa miscigenação era uma grande quantidade de bastardos no território brasileiro. Filhos que nem mesmo chegaram a conhecer os seus pais e que tinham na imagem da mãe o seu exemplo de pai, também não foram raros casos de tios que eram chamados de pai pelos seus sobrinhos (FREYRE, 1998). Ao levantar essa observação

sobre as consequências de tal miscigenação ficam nítidos os conflitos provenientes desse processo. É possível imaginar as dificuldades vivenciadas por essas mães e filhos, tendo em vista que a vida pública era basicamente relegada ao homem branco.

Em terceiro lugar, diferentemente do que pensavam os adeptos da ideia de democracia racial, a miscigenação brasileira não fez com que o racismo e o preconceito acabassem, na verdade, ficou mais evidente o preconceito característico da sociedade brasileira, ligado ao fenótipo. Por isso, quanto “mais branco”, menor a possibilidade de sofrer preconceito, mesmo que sua ascendência fosse negra. Para o preconceito tal como ocorre no Brasil, serve como critério a aparência racial da pessoa, um dos motivos que o levou a ser enquadrado como preconceito de marca por Nogueira (2006).

A construção de uma narrativa favorável a uma relação harmoniosa entre os diferentes povos no Brasil, faz com que os processos de discriminação e desigualdade fiquem camuflados na categoria de classe. Isso é prejudicial para a superação da desigualdade, visto que o silenciamento e o esquecimento foi algo fundamental para a perpetuação do “racismo à brasileira”. Como evidenciado a seguir:

Podemos dizer que os problemas de raça e classe se imbricam nesse processo de competição do Negro pois o interesse das classes dominantes é vê-lo marginalizado para baixar os salários dos trabalhadores no seu conjunto. O racismo Brasileiro como vemos na sua estratégia e nas suas táticas age sem demonstrar sua rigidez, não aparece à luz, é ambíguo, meloso, pegajoso, mas altamente eficiente em seus objetivos (MOURA, 1994, p. 160).

Uma das dificuldades da caracterização do racismo

presente na realidade brasileira encontra-se na ausência de elementos óbvios característicos do racismo como foi nos Estados Unidos e muitos menos legalizado como ocorreu no apartheid da África do Sul, porém institucionalizado de maneira sistemática nos mais diferentes níveis do governo e da vida social brasileira. Nesse sentido, apesar da construção de uma narrativa da miscigenação, percebe-se que estruturalmente essa miscigenação pauta sua narrativa na construção de inferioridade do africano e seus descendentes na sociedade brasileira.

4. A Mudança de Governo e as Ascensões Propiciadas

Em sua interpretação, Freyre compara os governos de Dom Pedro I e Dom Pedro II. Julgo ser importante essa comparação histórica para se entender as possibilidades distintas dentro desses dois governos. O governo de Dom Pedro II, de 1840 até 1889, se deu no período de declínio do patriarcado rural de uma modernização crescente na sociedade brasileira, como consequência dessas transformações pôde-se perceber uma ascensão social ligada a dois grupos, os bacharéis e os “mulatos”.

Nesse percurso árduo e longo, houve uma mudança substancial que enfraqueceu ainda mais o sistema escravista, a incorporação de valores ditos “modernos” e suas consequências para a crítica a esse modelo. Declínio esse que foi influenciado pelos atores externos que exerceram pressões para o fim da escravidão na sociedade brasileira e, mesmo assim, é possível notar a demora para que se cessasse de maneira definitiva essa prática no Brasil.

Os negros e mulatos tiveram diversos empecilhos para a ascensão social, dificultando ainda mais a

possibilidade de uma liberdade plena, visto que agora estavam submetidos a péssimas condições de trabalho para suas sobrevivências (FREYRE, 1998). As mudanças só puderam ser sentidas de maneiras mais visíveis no segundo reinado. O papel do Estado nessa constituição assimétrica da sociedade brasileira não deve ser ignorado.

O processo de estruturação do racismo no Brasil acontece de uma forma específica. Ao considerar os negros livres como cidadãos com os mesmos direitos e deveres, tem-se a ideia de uma relativa harmonia racial de um país que, ao contrário do que ocorreu nos EUA, não institucionalizou em suas legislações atos segregatórios como é o caso das leis de Jim Crow. Porém, a lei pura e simples não dá conta da realidade brasileira, tendo em vista que o racismo e a discriminação existiam no cotidiano, a forma como o negro é trazido para o Brasil e categorizado nessa sociedade coloca em perigo a aproximação com sua ancestralidade (MOURA, 1994).

Mesmo após 13 de maio de 1888, quando o negro é colocado em igual condição perante a lei, procede um sistema de marginalização social que o coloca em desvantagem em uma sociedade com o caráter competitivo, inerente do capitalismo moderno. Este foi obrigado a disputar sua sobrevivência em uma sociedade secularmente racista. A aceitação da teoria de uma relação multiétnica e harmônica confirma a peculiaridade de um racismo que age sem mostrar sua rigidez, a construção de teorias favoráveis à miscigenação do povo brasileiro fez com que a crença na superação do nosso passado colonial camuflasse as manifestações do racismo no cotidiano.

Conforme Bernardino (2002), o mito da democracia racial ganhou a sua elaboração acadêmica através da obra

Casa Grande & Senzala (1933), mesmo que esse mito não tenha surgido em 1933. Essa obra trouxe a perspectiva de equilíbrio de antagonismos, uma fusão harmoniosa entre tradições culturais antagônicas, que era materializada na figura do “mulato”. Isso trouxe consequências inúmeras para a compreensão do racismo no Brasil, entre elas, a dificuldade de identificação do mesmo, a compreensão de cor como mero critério descritivo não tendo implicações político-econômico-sociais no Brasil e, por fim, gerando um receio em debater e teorizar sobre raça e racismo (BERNARDINO, 2002).

Outro elemento indispensável para entender a dinâmica social no Brasil em formação se deu pelo papel atribuído à europeização da sociedade brasileira. Um dos indícios dessa problemática se deu pelos relatos de branqueamento de negros ao atingirem certa posição social:

Mas esses poucos mulatos que chegaram a exercer, nos tempos coloniais, postos de senhores quando aristocratizados em capitães-mores, tornavam-se oficialmente brancos, tendo atingido a posição de mando por alguma qualidade ou circunstância excepcional. Talvez ato de heroísmo, ação brava contra rebelde. Talvez grande fortuna herdada de um padrinho vigário. Quando o inglês perguntou em Pernambuco, se o tal capitão-mor era mulato- o que, aliás, saltava aos olhos- em vez de lhe responderem que sim, perguntaram-lhe “se era possível um capitão-mor ser mulato (FREYRE, 1998, p. 587)

Nesse relato fica evidente como o racismo se estruturou nas relações de prestígio no Brasil, relegando o negro ao embranquecimento quando este alcançasse posição de privilégio. A tentativa de aproximação com os padrões europeus culminou em consequências diversas

para toda uma população no Brasil. Uma crise na sociedade brasileira se potencializava, crise essa que tinha a figura central no “mulato”, que partia de uma miscigenação entre dois mundos completamente diferentes, apesar de complementares em boa parte do tempo, o Oriente e o Ocidente, o negro e o europeu, o desprezado e o admirado.

A elaboração dessa narrativa que coloca em evidência termos como assimilação, miscigenação e aculturação, é construída através de dispositivos que conferem legitimidade para essas concepções. Vai muito além dos órgãos de poder. É necessário compreender como as classes dominantes, alusão ao início do pensamento de Freyre sobre a divisão presente no Brasil, têm recursos e dispositivos de controle social e cultural, tornando possível a aceitação e o compartilhamento da sua forma de pensar (FANON, 2008).

De acordo com Nascimento (2017), um notável papel é assumido pelo processo de assimilação cultural que acaba colocando a herança da cultura africana em constante confrontação com o sistema dominante. Dentro dessa perspectiva é necessário pensar o epistemicídio que ocorre no Brasil, relegando às culturas não-hegemônicas um lugar de marginalidade e mesmo de deslegitimidade. Com isso, o embranquecimento cultural acaba se tornando uma importante estratégia para o desaparecimento do negro como parte integrante da cultura brasileira, uma das basilares formas de genocídio.

Dentro dessa transição entre o rural e o urbano, aconteceu uma mudança grande nos padrões de beleza. De acordo com Freyre (1998), houve uma maior ascensão social também através do casamento, às vezes negros e mulatos acabaram casando com famílias tradicionais,

mesmo que sofressem racismo e desprezo, pois estes estavam “sujando” o sangue da família. Os bacharéis tiveram um caminho mais leve nesse sentido, mesmo que o casamento não fosse visto com bons olhos pela elite, estes não sofriam preconceito racial por sua condição, o preconceito estava mais ligado à classe desse grupo que não necessariamente fazia parte da grande elite.

Apesar de vermos a ascensão de muitos negros, à época chamados “miscigenados” ou “mulatos”, o esforço sempre foi de embranquecê-los, justamente pelo preconceito racial via perspectiva estética, direcionado para a população negra. Um ponto importante a ser abordado nesse sentido está na objetificação do corpo da população negra e, em especial, da mulher negra. A objetificação direcionada para as mulheres negras foi ainda mais perversa, observa-se no próprio relato abaixo:

O bom senso popular, a sabedoria folclórica continuam a acreditar na mulata diabólica, superexcitada por natureza; e não pelas circunstâncias sociais que quase sempre a rodeiam, estimulando-a às aventuras do amor físico como a mulher de rala pura, melhor defendida de tais excitações pela própria fixidez de sua situação social, decorrente da de raça, também mais estável (FREYRE, 1998, p. 602).

O perigo da incorporação dessas ideias ao senso popular está na transferência de culpa das atitudes horrendas sofridas pelas mulheres negras para elas próprias. Se aceita que a mulher negra é superexcitada, não se consegue abrir os olhos para a violência e exploração, que essas mulheres sofreram, tampouco ficará evidente a barbárie presente na repressão exercida para que as pessoas escravizadas procriassem sem consentimento. A construção social brasileira teve na mulher negra um papel central para

sua realização, mas para além disso, ela se deu através da exploração do seu corpo (NASCIMENTO, 2017).

A ascensão do bacharel, que teve lugar no reinado de Dom Pedro II, permitiu uma maior gama de material que retrata a situação social do Brasil no século XVIII e XIX, juntamente com isso, permitiu uma maior visibilidade do trabalho escravo para a estrutura social do Brasil. Pelo fato da maioria dos bacharéis terem realizado seus estudos na Europa, as importações de vários pensamentos estavam presentes nas críticas que esse grupo fazia ao sistema escravagista e à situação do negro no Brasil. Essa constatação se apresenta em um relato presente na obra, “*Sobrados e Mucambos*”, “Com monarchia ou sem ella, deve a gente de cor ter ingresso na prosperidade do Brasil” (FREYRE 1998, pg. 581). Dentro desse momento de transição e modernização, a ascensão dos negros se fizera de formas diferentes, porém com uma característica em comum, o caminho árduo para que se alcançassem os mesmos direitos de uma pessoa branca livre.

5. Liberdade, Raça e Direitos

O prestígio social sempre foi algo desejado nas sociedades, na estrutura social brasileira não foi diferente. A busca por prestígio social e melhoria de vida, que tanto foi presente na vida de uma seleta parte da população, agora estava sendo possível para a população negra livre, segundo Freyre. Esse prestígio social poderia ser feito através dos estudos, com isso alguns negros livres buscaram o mesmo caminho dos bacharéis que agora eram respeitados na sociedade (FREYRE, 1998). Entretanto, esse caminho era muito árduo justamente pela falta de ações afirmativas de incentivo à educação para a população negra, tanto que

só podemos falar em ações afirmativas de raça ligadas à promoção da igualdade racial através da Lei 9394/1996 – LDB [4], que foi criada em um momento muito recente da nossa história.

Pela dificuldade da ascensão através do estudo, houve outras formas de ascensão social para a população negra. Para Freyre, a farda acabou sendo uma possibilidade importante para o mulato e negro brasileiro. Com o declínio da aristocracia rural começou uma maior transferência de poder dessa aristocracia em declínio para os militares e, em alguns casos, para militares negros. A farda representava então uma autoridade, uma autoridade que sempre foi negada para os negros e mulatos que ao se libertarem começaram a ver na carreira militar uma forma de ascensão social.

Pelas análises do capítulo “Ascensão do Bacharel e do Mulato”, percebe-se que a gama de possibilidades para o negro não era grande, tendo em vista a apresentação mais definida de somente duas possibilidades, a vida militar e da ascensão como bacharel, dentro desse esquema ressalta ainda mais uma vez a diferença estrutural do racismo presente no Brasil. O fenótipo é um instrumento essencial para a manifestação do racismo na sociedade brasileira. Os mestiços acabavam tendo maiores oportunidades do que os negros, a ascendência não era um critério tão importante, mas sim a posição social e suas características, ou seja, como o resto da sociedade lia a pessoa.

Por isso, os casos de oficiais negros e mestiços que alcançaram cargos importantes acabaram sendo “embranquecidos”, pois o prestígio social não “condiz” com o negro, mesmo que aquele oficial fosse evidentemente negro. Essa manifestação do racismo no início do Brasil

traz reflexões importantes sobre como esse racismo se apresenta na atualidade, nessa observação, percebe-se que a estrutura do racismo no Brasil permaneceu, e a institucionalização do mesmo continua a se manifestar para a população negra, principalmente em bairros de periferia.

Ao falar sobre periferia, vale a pena se voltar para o início da arquitetura com a vinda da família real para o Brasil. Se antes ficava evidente a dicotomia entre a casa grande e a senzala, permaneceu evidente essa diferença na urbanização do Brasil, porém agora com outros elementos, os sobrados e os mocambos (FREYRE, 1998). A posição habitacional dos negros e mestiços permaneceram diferentes daquelas habitadas pelos brancos, o lugar relegado para os negros e mestiços estava em habitações precárias e de pouco conforto. Acentuou-se na paisagem brasileira um antagonismo entre sobrados e mocambos que demonstravam, principalmente, a segregação espacial que o Brasil refletia através das contraditórias integrações de diferentes grupos sociais na sua estrutura social.

A urbanização aliada à modernização brasileira trouxe consigo uma proliferação de habitações precárias, os cortiços, que não detinham de nenhuma assistência do Estado para a manutenção de sua higiene. O capítulo “*Sobrados e Mocambos*” demonstra as formas antagônicas de habitação entre os dois grupos presentes no Brasil. Houve uma subalternização dos negros livres em suas habitações e, a própria paisagem social da cidade do Rio de Janeiro tornava evidente a suas desigualdades. Esses problemas não estão superados na contemporaneidade, já que a habitação continua sendo um termômetro muito importante de desigualdade no Brasil em geral, e no Rio

de Janeiro em particular.

As mulheres negras tiveram nas atividades domésticas uma maneira de se enquadrar no novo mercado de trabalho. Essas atividades servis se diversificavam em relação às obrigações, visto que muitas mulheres acabavam fazendo serviços a mais do que aquele considerado doméstico. A cozinha também serviu como uma forma de sustento para muitas mulheres negras, os dotes culinários foram característica das regiões brasileiras, um exemplo eram as negras que vendiam acarajé em Salvador, faziam de suas habilidades culinárias uma forma de sustento.

Não eram raros os casos de mulheres que não recebiam seu salário em dinheiro, essas eram pagas com moradia dos seus patrões ou alimentos. Percebe-se aqui uma tentativa de manutenção de alguns serviços prestados por essas mulheres durante o período escravista, além disso, a maneira como o trabalho doméstico foi tratado prevaleceu para um sucateamento dessa profissão, sucateamento esse que ainda persiste. Em 2012 havia um total de 6 milhões de pessoas a partir dos 16 anos exercendo funções no trabalho doméstico, mais de 92% eram mulheres. Desse total 63% eram negras, conforme dados apresentados no gráfico 3.3 no RASEAM 2014.

A integração da população negra em uma ordem capitalista passado o período de escravidão manteve a ordem colonialista de delimitação dos papéis sociais exercidos pelas pessoas em função da cor da pele. Movimento esse muito bem explicitado no trecho a seguir:

Se colocamos a questão da funcionalidade da superpopulação relativa, constatamos que, no caso brasileiro, grande parte dela se torna supérflua e se constitui em uma massa marginalizada em face do processo

hegemônico. Claro está que todas as questões relativas ao desemprego e ao subemprego incidem justamente sobre essa população. E, “coincidentemente”, os mais baixos níveis de participação na força de trabalho pertencem à população negra brasileira (GONZALÈZ, 1979, p.1).

Era de se esperar que com a falta de assistencialismo do Estado a população negra ocupasse cargos subalternos mesmo após a abolição da escravidão. O que chama a atenção são as consequências que essa omissão trouxe, consequências perceptíveis até hoje. Junto com a urbanização desigual, que já acontecia desde o início da urbanização no Brasil, houve uma maior vulnerabilidade dessas pessoas à violência.

A característica institucional que o racismo foi moldado no Brasil fez com que algumas observações sobre a situação dessa população levassem ao espanto. Esse é o caso do genocídio da juventude negra no Brasil, que retoma o início da discussão proposta por Freyre sobre a violência como parte integrante da formação brasileira e o antagonismo entre grupos dominantes e dominados. Várias características são marcantes relacionadas ao perigo da violência sobre a juventude negra brasileira, a que mais chama atenção é a probabilidade três vezes maior de um jovem negro morrer no Brasil em comparação com o branco, fenômeno esse que está ligado também à urbanização, pois quanto maior o número populacional, maiores são os índices de homicídio na adolescência (MELO e CANO, 2012, p. 60).

Em uma concepção Freyreana, políticas de promoção da igualdade racial, ou mesmo ações afirmativas construídas sobre o pilar da afirmação da identidade negra não se adequariam ao nosso sistema cultural híbrido, no

qual se faria valer a presença de uma relação multiétnica harmônica (TAVOLARO, 2011). Pelo contrário, percebe-se cada vez mais que existe uma aceitação da reivindicação por oportunidades igualitárias, entre brancos e não brancos. Nesse caminho, são fundamentais as políticas de ações afirmativas direcionadas para essa população tão marginalizada na história brasileira. As consequências dessa sociedade assentada na desigualdade social persistem até hoje, colocando os debates sobre cidadania negra na contemporaneidade como pauta urgente.

6. Conclusões

Em sua obra “*Sobrados e Mucambos*”, Freyre fez uma análise muito interessante sobre o momento de transição pelo qual passava a sociedade brasileira. Dentro desse episódio marcante, a figura do negro se encontra como um dos principais atores nesse momento de transformação. Essa população não teve uma integração com essa nova socialização que o Brasil se propunha a obter.

Os motivos para a não integração são inúmeros, mas alguns pontos são centrais para se entender esse fenômeno. Primeiro, a forma como essa população foi inserida no contexto brasileiro, a escravização fez com que esse povo ficasse na situação de dominados e mesmo com o fim da escravidão persistiram as relações de subordinação no Brasil, porém uma subordinação agora praticada nos moldes do capitalismo em ascensão. Segundo, com a modernização uma nova configuração social foi trazida para estes, mas uma configuração onde os caminhos para ascensão social não foram feitos de maneira igualitária, uma modernização que não foi evidentemente

distribuída para todos os setores da vida social brasileira, a convivência entre moderno e arcaico continuava a persistir nessa estrutura social.

Dentro desse convívio entre relações multiétnicas no Brasil, é notória a construção de uma narrativa que busca minimizar os impactos da escravidão e das prerrogativas etnocêntricas que construíram a realidade brasileira. Por fim, a falta de políticas públicas minimamente reparadoras para permitir maiores possibilidades de ascensão social para os negros, uma das evidências é a grande quantidade de pessoas negras trabalhando na informalidade, ou tendo remuneração inferior aos brancos ainda na contemporaneidade [5].

Percebe-se que apesar do fim da escravização das pessoas negras, o trabalho precário continuou a ser transferido para estes, o Brasil saiu de uma desigualdade rural para uma desigualdade urbana, os europeus que foram influenciados a trabalhar no Brasil foram essenciais para a pouca oportunidade do negro nos trabalhos formais. O ponto que aparenta se tornar mais importante se concentra no racismo presente na sociedade brasileira, um racismo com características peculiares, racismo ligado ao fenótipo.

Esse racismo acabou sendo extrapolado para além do debate no campo dos corpos negros, foi um racismo que também se fez presente no plano cultural. O capítulo “Oriente e Ocidente” é essencial para analisar como o Ocidente acabou se sobressaindo sobre o Oriente com a ideia de modernização, essa vitória foi crucial para a forma como o racismo se enraizou em uma sociedade tão diversa e miscigenada.

Uma modernização que não garantiu cidadania para a população negra e que demonstrou mais uma vez

os entraves para essas pessoas ascenderem socialmente no Brasil. Os conflitos gerados por essa modernização são inúmeros e por isso a presença do Estado para atenuar esses entraves torna-se extremamente importante, entretanto, observa-se que o Estado era ocupado, e continua sendo, por pessoas de um grupo social bem específico, fazendo com que essa desintegração acarretasse em consequências inúmeras para a população negra.

Ao contrário do que muitos sociólogos pensavam em relação à convivência multiétnica presente no Brasil [6], ao analisar a obra percebe-se que houve vários conflitos e além disso, o argumento sobre a miscigenação impedir a manifestação do racismo acaba sendo falho. Observa-se a situação do Brasil na contemporaneidade e suas maiores taxas de marginalidade relegadas para a população negra, sem contar que o racismo assumiu uma forma institucionalizada no Brasil, mas pelo que foi apresentado percebe-se que esse processo não é novo. O próprio Estado já demonstrava seu racismo no processo de criminalização de práticas culturais africanas, basta voltar ao capítulo “Oriente e Ocidente”.

Por fim, percebe-se que o declínio do patriarcado rural e abolição da escravidão não foram suficientes para garantir uma cidadania plena para a população negra, de fato o que se observou foi a tentativa de manter as velhas práticas de precarização da vida dessa população. A paisagem urbana é um diagnóstico interessante para se observar essa situação. A transferência do poder privado para o público não foi o suficiente para uma melhoria de vida plena para essa população. Isso remete ao grande conflito sobre a delimitação entre público e privado no Brasil.

A forma como essa população foi tratada no Brasil é de importância tremenda para perceber como a posição de subalternidade não aconteceu por acaso, que existem atores importantes para essa situação. O Brasil e sua diversidade não é um Brasil de uma democracia racial, na verdade é um Brasil que permite explorar ainda mais a forma característica de sua desigualdade racial, um racismo ligado a cor dos indivíduos e suas características.

INFORMAÇÕES SOBRE O AUTOR

*Graduando em Ciências Sociais pela Universidade de Brasília - UnB. E-mail: vgabriel1230398@gmail.com

NOTAS

[1] Conforme Tavolaro (2005) denomina-se de sociologia da dependência (onde estão elencados alguns dos principais aspectos dos pensamentos de Caio Prado Jr., Florestan Fernandes, Octávio Ianni e Fernando H. Cardoso) e de sociologia da herança patriarcal-patrimonial (onde foram enfatizadas algumas das importantes contribuições de Gilberto Freyre, Sergio B. de Holanda, Raymundo Faoro e Roberto da Matta).

[2] Marshall delimita o moderno conceito de cidadania moderna como: “O elemento civil é composto por direitos necessários à liberdade individual – liberdade da pessoa, liberdade de fala, de pensamento e fé, o direito de propriedade e de concluir contratos válidos, e o direito à justiça. (...) as instituições mais diretamente associadas aos direitos civis são as cortes de justiça. Por direitos políticos eu entendo o direito de participar no exercício do poder político, como um membro de um corpo investido de autoridade política ou como eleitor de membros de tal corpo. As instituições correspondentes são

o parlamento e os conselhos locais de governo. Quanto ao elemento social entendo ser toda uma gama de direitos, desde um modicum de segurança e bem-estar econômico até o direito de compartilhar por completo a herança social e de viver a vida de um ser civilizado conforme os padrões prevalentes na sociedade. As instituições mais conectadas a ele são o sistema educacional e os serviços sociais” (MARSHALL, 1992, p. 8).

[3] Tavolaro e Tavolaro (2011) esclarece que: “Em sua célebre interpretação acerca de nossa formação social, Freyre projeta a imagem de uma miscigenação racial sem precedentes, graças a qual distâncias sociais teriam sido atenuadas, forjando uma espécie de “equilíbrio de antagonismos”. Implicações dessa singular sociabilidade teriam sido, por um lado a inexistência de demarcações sociais rígidas e intransponíveis e, por outro, a interposição de obstáculos ao florescimento e sedimentação de códigos normativos impessoais e abstratos” (TAVOLARO e TAVOLARO, 2011, p. 2).

[4] Observar o quadro 3 da dissertação de SILVA, Vanessa Patrícia Machado. O processo de formação da Lei de Cotas e o racismo institucional no Brasil. 2017. 213 f., il. Dissertação (Mestrado em Sociologia) —Universidade de Brasília, Brasília, 2017.

[5] Conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2019), o rendimento médio mensal real de todos os trabalhos das pessoas brancas (R\$ 2 999) era maior que os rendimentos observados para as pessoas pardas (R\$ 1 719) e pretas (R\$ 1 673).

[6] Autores como Donald Pierson, Thales de Azevedo e Gilberto Freyre.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, R. B. Guerra e paz: Casa-grande & senzala e a obra de Gilberto Freyre nos anos 30. ed. 34. Rio de Janeiro: 1994.
- BASTOS, Elide Rugai. As criaturas de Prometeu: Gilberto Freyre e a formação da sociedade brasileira. [S.I]: Global Editora, 2006.
- BERNARDINO, Joaze. Ação afirmativa e a rediscussão do mito da democracia racial no Brasil. Estudos afro-asiáticos, v. 24, n. 2, p. 247-273, 2002.
- DUSSEL, Enrique. Transmodernidade e interculturalidade: interpretação a partir da filosofia da libertação. Sociedade e Estado, [S.I.: s.n], 2016.
- FANON, Frantz. Pele negra, máscaras brancas. SciELO-EDUFBA, 2008.
- FERNANDES, Florestan. A integração do negro na sociedade de classes. Globo livros, 2013.
- FREYRE, Gilberto. Casa-Grande & Senzala. 46.ed. Rio de Janeiro: Record, 2002
- _____. Sobrados e Mucambos: introdução à história patriarcal no Brasil. 10.ed. Rio de Janeiro: Record, 1998.
- GONZALEZ, Lélia. A juventude negra brasileira e a questão do desemprego. Rio de Janeiro: UFRJ, 1979.
- GUERREIRO RAMOS, A. A redução sociológica. [S.I] Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1965.
- GUIMARAES, Antonio Sérgio Alfredo. Preconceito de cor e racismo no Brasil. Rev. Antropol. [online]. 2004, vol.47, n.1, pp.9-43.
- HOLANDA, Sérgio Buarque. Raízes do Brasil. 26.ed. São Paulo: Companhia do Livro, 2006.
- PNAD, IBGE. Pesquisa nacional por amostra de domicílios. Rio de Janeiro: IBGE, 2019.
- LARRETA, E. e GIUCCI, G. Gilberto Freyre: uma biografia cultural: A formação de um intelectual brasileiro: 1900-1936. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- MARSHALL, Thomas Humphrey et al. Citizenship and social class. London: Pluto press, 1992.
- MELO, Doriam Luis Borges de e CANO, Ignácio. Índice de Homicídios na Adolescência: IHA.2012. Rio de Janeiro, Observatório de Favelas.
- MOURA, C. Negro, de bom escravo a mau cidadão? Rio de Janeiro Conquista, 1977.
- MOURA, Clovis. Dialética Radical do Negro. São paulo: Editora Anita, 1994.
- NASCIMENTO, Abdias do. O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado.2 ed. São Paulo: Perspectiva, 2017.
- NOGUEIRA, Oracy. Preconceito racial de marca e preconceito racial de origem: sugestão de um quadro de referência para a interpretação do material sobre relações raciais no Brasil. Tempo social, v. 19, n. 1, p. 287-308, 2007.
- OLIVEIRA JUNIOR, A.; LIMA, V. C. A. Segurança pública e racismo institucional. Boletim de Análise Político Institucional do IPEA. [S.I], 2013.
- PALLARES-BURKE, Maria Lúcia Garcia. Gilberto Freyre: um vitoriano dos trópicos. São Paulo: Editora UNESP, 2005.
- JÚNIOR, Caio Prado. *Formação do Brasil contemporâneo*.

Brasília: Editora Brasiliense, 1957.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del poder: Eurocentrismo y América Latina. In: La Colonialidad del saber: Eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas Latinoamericana, Edgardo Lander (comp.), p. 246-276, 2000.

RASEAM. Relatório Anual Socioeconômico da Mulher, 2014. [S.I.: s.n], 2015.

SAID, Edward W. Orientalismo- O oriente como invenção do ocidente. São Paulo: Companhia de bolso, 2007.

BUARQUE, Sergio. Raízes do brasil. [S.I.: s.n], 1994.

SILVA, Vanessa Patrícia Machado. O processo de formação da Lei de Cotas e o racismo institucional no Brasil. [S.I], 2017.

TAVOLARO, Lilia; TAVOLARO, S. Raça e a ‘Tese da Excepcionalidade Brasileira’: uma reflexão à luz das ações afirmativas. Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas, v. 7, n. 1, p. 14-32, 2013.

TAVOLARO, S. B. F. Existe uma modernidade brasileira? Reflexões em torno de um dilema sociológico brasileiro. Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, v. 20, n. 59, p. 5-22, 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v20n59/a01v2059.pdf>. Acesso em: 23. março.2020.

TAVOLARO, S. B. F. Cidadania e Modernidade no Brasil (1930-1945): uma crítica a um discurso hegemônico. São Paulo: Annablume, 2011.